



Projeto Pirayawara uma política de formação para professores indígenas em Tonantins¹

Nildson Carlen de Lima DEVEZA²

Marinete Lourenço MOTA³

Kaio Anderson Fernandes GOMES⁴

Resumo

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de campo realizado no município de Tonantins-AM, com os professores que atuam na educação indígena do município. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde o objetivo principal foi analisar através de documentos quais os programas de formação continuada acerca da formação dos professores e se já houve algum tipo de programa referente a essa continuada desses profissionais da educação. Utilizou-se como instrumento da pesquisa a análise documental para a coleta de dados. O estudo aponta como resultado a ausência de políticas próprias de formação para os professores indígenas, a existência do projeto Pirayawara criado pela Seduc-AM, Manaus, como um meio de formação em serviço de professores entre eles os indígenas, sendo que é a única formação oferecida a esses professores no município. Concluímos que a falta de projeto de formação a esses profissionais acarreta prejuízos para o processo ensino aprendizagem de qualidade na escola indígena do município. Muitos dos professores sentem satisfação em participar do projeto, tendo em vista um dos meios de se garantir uma educação escolar diferenciada que venha valorizar as culturas tradicionais dos índios que vivem em Tonantins no Alto Solimões.

Palavras-chaves: Projeto Pirayawara. Profissionalização. Políticas Públicas.

Introdução

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de campo concluída pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) correspondente ao de 2017 a 2018 pela Universidade Federal do Amazonas. A temática da pesquisa versou sobre a formação e profissionalização de professores indígenas do município de Tonantins.

¹ Trabalho Apresentado no GT02- Educação, políticas educacionais, interculturalidade e formação de professores indígenas e não-indígenas na Panamazônia. III Siscultura.

² Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura, Polo da Universidade Federal do Amazonas no Alto Solimões. E-mail: nildsondevezagb@gmail.com

³ Professora Doutora em Sociedade e Cultura, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mlmota71@gmail.com

⁴ Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura, Polo da Universidade Federal do Amazonas no Alto Solimões. E-mail: kaioanderson.amt@gmail.com



O projeto Pirayawara destinado a formação de professores indígenas tem como um dos objetivos a formação de professores em magistério que possibilita promover o desenvolvimento crítico e capacidades intelectuais, técnicas, éticas, afetivas e procedimentais dos professores para que possam assim cumprir com suas funções sociais e possibilitam também que os professores indígenas atuem em suas localidades. Entretanto, é necessário que os professores indígenas, durante essa formação estejam em atuação dentro de sala como profissional e principalmente que sejam professores de suas próprias comunidade levando assim autonomias em suas práxis pedagógicas no âmbito escolar.

Procurou-se compreender neste estudo um pouco sobre as políticas de formação que o município de Tonantins oferece aos professores indígenas levando em conta as condições de trabalho nos contextos escolares de atuações no município, sendo Tonantins uma das 9 (nove) cidades que compõe a mesorregião do Alto Solimões.

Tonantins é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à mesorregião do Sudoeste Amazonense e microrregião do Alto Solimões, localiza-se a sudoeste de Manaus, capital do estado, distante desta cerca de 872 quilômetros em linha reta. Sua população, estimada pelo IBGE em 2016, é de 18.632 habitantes aproximadamente, sendo assim o quadragésimo segundo município mais populoso do estado do Amazonas. Além da sede, o município conta com 42 comunidades ribeirinhas dentre elas indígenas.

Os professores indígenas de Tonantins: traçando o perfil

No município de Tonantins das 42 (quarenta e dois) comunidades existentes 32⁵(trinta e dois) são comunidades indígenas cadastradas como áreas indígenas, (conforme detalha o quadro 1), sendo que, essas comunidades estão situadas nas margens do Rio Solimões, igarapés e paranás do município, juntos essas comunidades têm 23 (vinte e três) escolas e contam com um quadro docente de 75 (setenta e cinco) professores (indígenas e não indígenas) atuando na educação indígenas.

⁵ Dados informados pela – Fundação nacional do índio - Funai de Tonantins de acordo com a Planilha de dados das aldeias – Distrito sanitário especial indígena do Alto Solimões - DSEIARS- Sistema de informação de atenção a saúde indígena- SIASI – Secretária especial de saúde indígena - SESAI. Dados coletados no ano de 2017.

Quadro 1 - Comunidades Indígenas de Tonantins.

ETNIAS	COMUNIDADES INDÍGENAS
TICUNA	Mari-Mari; Lago Grande e São Pedro
KOKAMA	Barro Alto II; Bom Futuro; Jesuralem do Urutuba; Jacapari Perpetua; Muria; Nossa Senhora de Nazaré; Nova Baixa Verde; Nova Canaã; Nova União; Novo Horizonte; Nova Israel; Porto Nascimento; Santa Cruz; São Domingo I e II; Sitio são Francisco; Sitio são Sebastião; Santo Antônio do Jacapari e São José do Amparo.
KAIXANA	Bico da Chaleiro; bom Pastor; Cumã; Espirito Santo; Nova Aliança; Nova Jerusalém; Prosperidade; Santa Fé; São Francisco do Muriá; São Lazaro e São Sebastião.

Fonte: Dados informados pela – Fundação nacional do índio - Funai de Tonantins de acordo com a Planilha de dados das aldeias – Distrito sanitário especial indígena do Alto Solimões - DSEIARS- Sistema de informação de atenção a saúde indígena- SIASI – Secretária especial de saúde indígena- SESAI. Dados coletados no ano de 2017.

Com base nestes dados, observa-se que das 42 (quarenta e dois) comunidades existentes no município, 32 (trinta e dois) são comunidades indígenas situadas todas na zona rural, ainda com base nesses mesmos dados podemos observar que a maior parte dessas comunidades é habitada pela etnia Kokama, com 19 (dezenove) comunidades, em seguida pela etnia kaixana com 10 (dez) comunidades e por último a etnia Ticuna com 03 (três) comunidades.

Atualmente no município de Tonantins existem três grandes nações indígenas a Tikuna, a Kaixana e a Kokama, juntas essas etnias contam com uma população de aproximadamente de 3.972 índios, (conforme detalha a tabela 1), essas etnias estão espalhadas por várias comunidades que compõe o município de Tonantins, de acordo com o detalhamento do quadro anterior.

Tabela 1 - Habitantes por etnias indígenas em Tonantins

ETINIA	HABITANTES	%
Tíkuna	852	21,45 %



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Kaixana	812	20,44%
Kokama	2.308	58,11%
TOTAL	3.972	

Fonte: Dados informados pela – Fundação nacional do índio - Funai de Tonantins de acordo com a Planilha de dados das aldeias – Distrito sanitário especial indígena do Alto Solimões - DSEIARS- Sistema de informação de atenção a saúde indígena- SIASI – Secretária especial de saúde indígena- SESAI. Dados coletados no ano de 2017.

Hoje a etnia indígena com um maior número de habitantes no Alto Solimões é a Tikuna com uma população estimada em 42. 874 habitantes aproximadamente, vivendo nas margens do Rio Solimões, igarapés e paranás da região amazônica. Em todos os municípios da microrregião do Alto Solimões encontram-se comunidades indígenas da etnia Ticuna.

A etnia Tikuna tem sua presença mais forte na região de fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Tem como uma de suas principais manifestações culturais a *Worecütchiga*, “A Festa da Moça Nova”, caracterizando-se como um dos rituais mais emblemáticos da cultura Tikuna, que simboliza a entrada da menina na puberdade e envolve um longo e intenso processo de preparação, símbolos e significado para esse povo. Outro grande traço que essa tribo traz são as pinturas no corpo feito com a tinta de jenipapo dentre outras definindo e diferenciando os clãs dentro da nação.

Os índios Ticuna também se encontram presente no município de Tonantins, situados nas comunidades Mari-Mari, São Pedro e Logo Grande, com uma população de 852 (oitocentos e cinquenta e dois) índios aproximadamente nessas comunidades. Juntas essas comunidades contam com um efetivo de 20 (vinte) professores indígenas e os demais não indígenas atuando na educação.

No início do século XX, o povo Kokama que habitava o Amazonas peruano, nas proximidades da cidade de Cambalacha, começa um movimento continuado de migração rumo ao Alto Solimões, no Brasil. Outra importante motivação para posteriores migrações Kokama rumo ao Brasil foi o movimento messiânico que ficou conhecido como Irmandade da Santa Cruz⁶.

Com mais da metade da população indígenas existente em Tonantins, a etnia Kokama hoje conta com uma população de aproximadamente 2.308 índios espalhados por

⁶ Enciclopédia Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cocamas>: acessado em 28/10/2017.



várias comunidades. Levando em conta que das 32 (trinta e duas) comunidades indígenas existentes no município mais da metade são comunidades indígenas da etnia Kokama segundo levantamento feito na Funai.

Os Kaixana, antigos habitantes da extensa área de terra firme que vai do rio Tonantins até o igarapé Coperçu, hoje vivem no médio curso do rio Japurá e Solimões. Nas décadas de 1940 e 1950⁷ a entrada de pessoas não indígenas no território Kaixana se intensificou, isso ocorreu particularmente devido os períodos áureos da exploração da borracha. Novas ondas migratórias ocorreram, mas, dessa vez, em direção a áreas pouco privilegiadas pelos seringalistas: a várzea e o interior da mata. Os Kaixana que fugiram da terra firme passaram a viver junto com os Kokama, sobretudo, nas comunidades de Jacapari e Bararuá, situadas em áreas de várzea do município de Tonantins.

Com o final do ciclo da borracha fez com que muitos não índios abandonassem as atividades na região, possibilitando o retorno dos Kaixana a algumas áreas de ocupação tradicional. Entretanto, hoje a etnia kaixana é a segunda etnia com o maior número de índios no município de Tonantins, com uma população de aproximadamente de 812 (oitocentos e doze) índios vivendo em comunidades da região.

Projeto Pirayawara: do que se trata?

O projeto Pirayawara tem como objetivo de assegurar condições de acesso escolar à população indígena e prover o ensino básico conforme a Constituição Federal e a LDB 1996 em seu art. 78 afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade dos tempos contemporâneos, o Governo do Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) tem desenvolvido e intensificado as ações do projeto Pirayawara, cujo foco é a formação e capacitação de professores indígenas.

O projeto é executado pela Gerência de Educação Escolar Indígena da Seduc e faz parte de uma série de ações que são desenvolvidas há mais de 15 anos. Sua meta principal é

⁷ Dados contidos na Enciclopédia Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Kaixana>: acessado em 28/10/2017.

garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, de qualidade e que responda aos anseios desses povos.

Sendo que na resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, Art. 25 Constituem atribuições dos Estados:

I - ofertar e executar a Educação Escolar Indígena diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus Municípios;

II - estruturar, nas Secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena com a participação de indígenas e de profissionais especializados nas questões indígenas, destinando-lhes recursos financeiros específicos para a execução dos programas de Educação Escolar Indígena;

III - criar e regularizar as escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual de ensino;

IV - implementar e desenvolver as ações pactuadas no plano de ação elaborado pela comissão gestora dos territórios etnoeducacionais;

V - prover as escolas indígenas de recursos financeiros, humanos e materiais visando ao pleno atendimento da Educação Básica para as comunidades indígenas;

VI - instituir e regulamentar o magistério indígena por meio da criação da categoria de professor indígena, admitindo os professores indígenas nos quadros do magistério público mediante concurso específico;

VII - promover a formação inicial e continuada de professores indígenas – gestores e docentes;

VIII - promover a elaboração e publicação sistemática de material didático e pedagógico, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas.

O projeto Pirayawara está estruturado em nove linhas de ação, a saber:

Trabalhando a formação inicial de professores indígenas para o magistério, formação continuada de professores indígenas, formação continuada de técnicos das Secretarias Municipais, formação continuada de técnicos para atuarem nas sedes das Secretarias, diagnóstico linguístico e antropológico da realidade indígena no Estado do Amazonas, além do desenvolvimento e fomento das línguas indígenas no Estado⁸.

A resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 vem definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Definindo que:

§ 1º A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal.

⁸ Dados contidos em Educar é um ato de amor. Disponível em: <http://emtempo.com.br/dia-a-dia/15236/projeto-de-formacao-de-magisterio-para-indigenas-beneficia-45-mil-alunos-no-amazonas> : acessado em 05/12/2017.

§ 2º A formação inicial será ofertada em serviço e, quando for o caso, concomitante com a própria escolarização dos professores indígenas.

§ 3º Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena.

§ 4º A formação de professores indígenas deve estar voltada para a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de currículos e programas próprios, bem como a produção de materiais didáticos específicos e a utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

§ 5º Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras devem garantir os meios do acesso, permanência e conclusão exitosa, por meio da elaboração de planos estratégicos diferenciados, para que os professores indígenas tenham uma formação com qualidade sociocultural, em regime de colaboração com outros órgãos de ensino.

§ 6º Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras devem assegurar a formação continuada dos professores indígenas, compreendida como componente essencial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade da escola indígena e à formação inicial dos seus professores.

§ 7º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério indígena dar-se-á pela oferta de cursos e atividades formativas criadas e desenvolvidas pelas instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das escolas indígenas e dos sistemas de ensino.

§ 8º A formação continuada dos profissionais do magistério indígena dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância, por meio de atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, bem como programas de mestrado ou doutorado.

§ 9º Organizações indígenas e indigenistas podem ofertar formação inicial e continuada de professores indígenas, desde que solicitadas pelas comunidades indígenas, e terem suas propostas de formação autorizadas e reconhecidas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

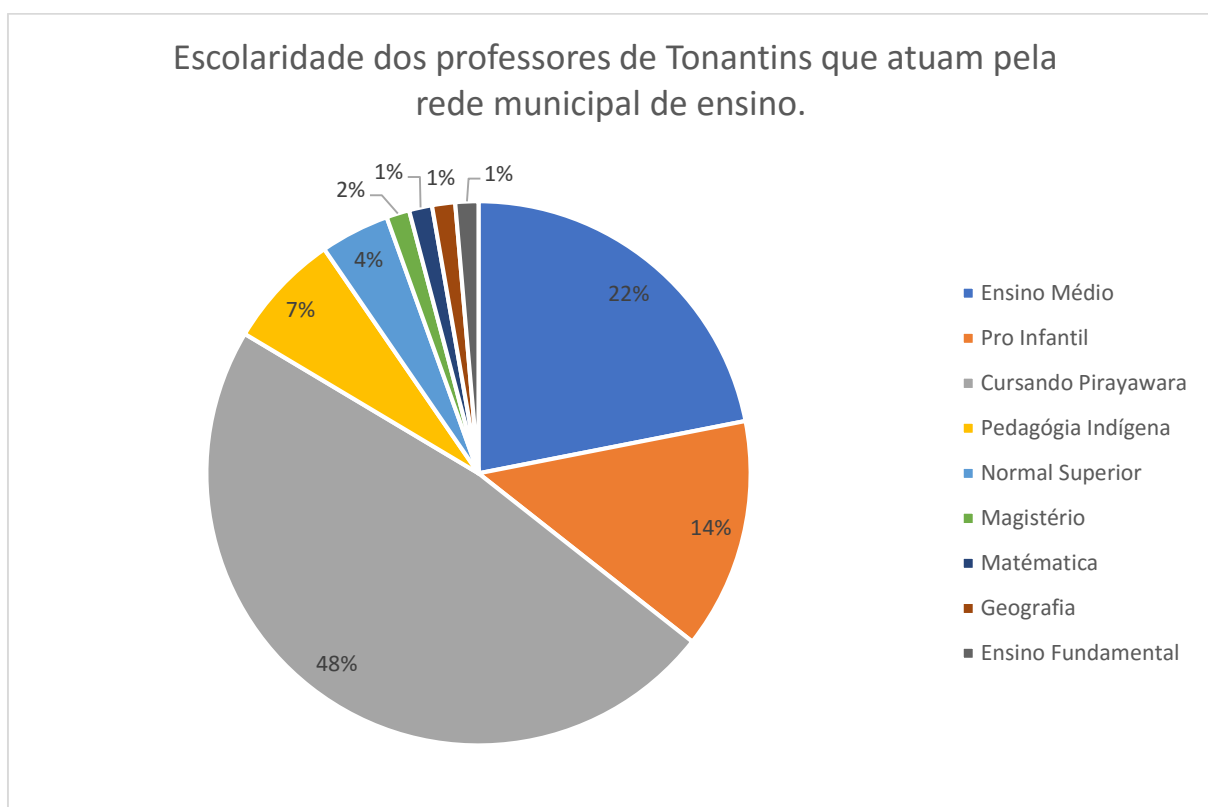
O projeto Pirayawara também atua na produção, editoração, publicação e distribuição de material didático específico e diferenciado, distribuição de material escolar e didático pedagógico, assessoria técnico-pedagógica e administrativa às secretarias municipais, além de apoiar e divulgar a cultura indígena no Amazonas. A formação inicial de professores para o magistério tem a proposta de habilitar professores para ministrarem aulas do 1º ao 5º ano (séries iniciais) e ensino médio nas escolas indígenas em suas comunidades.

Hoje, o projeto conta com um efetivo de aproximadamente 45.042 alunos indígenas da educação básica buscando uma formação de capacitação para atuarem com a educação indígena, esses professores são beneficiados diretamente pelo programa. O Projeto Pirayawara, oferece o curso de magistério aos povos indígenas que residem no Amazonas e é

realizado em nove etapas, com duração de quatro anos, permitindo que os próprios alunos já atuem como professores nas comunidades indígenas. Atualmente o projeto atende 1.613 professores que estudam e atuam como professores em suas próprias comunidades ou em comunidades mais próximas, o projeto está sendo desenvolvido em 40 municípios do estado do Amazonas.

No município de Tonantins dos 75 professores que estão atuando com a educação indígena, uma parcela significativa de professores estão cursando o projeto Pirayawara, (conforme detalha o gráfico), ou seja, essa formação inicial dos professores está voltada para a formação do magistério indígena.

GRAFICO 1 - Escolaridade dos professores indígenas de Tonantins



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED Tonantins 2017.

No ano de 2014 a Secretaria municipal de educação (Semec), juntamente com a prefeitura de Tonantins e em parceria com a Seduc, trouxeram para o município de Tonantins



o projeto Pirayawara, inicialmente o projeto começou com 60 alunos, o projeto visava a formação e professores indígenas para atuarem em suas respectivas comunidades.

Hoje o projeto ainda continua sendo desenvolvido no município, mas com uma redução de professores cursando o projeto, atualmente o projeto se encontra no 4º período com apenas 35 professores. Inicialmente o projeto foi projetado para as comunidades indígenas, mas como as comunidades não tinham suporte e infraestrutura para lotar tanto os professores que viriam ministrar as aulas como para os professores que vinham fazer o curso, pois o mesmo foi direcionado para sede do município. Devido a esse redirecionamento muitos professores acabaram desistindo do projeto, por dificuldade de se adaptarem ou por não terem família na sede do município.

Por parte do estado a Seduc tem apenas dois professores que participam do Pirayawara, eles já são professores na parte municipal atuando principalmente com crianças e na rede estadual eles atuam nas turmas do tecnológico. Segundo a coordenadora da Seduc em Tonantins esses professores entraram pelo seletivo indígena que começou no ano de 2016.

O processo seletivo indígena foi totalmente voltado a aceitar professores que não tinham nenhuma graduação, mas desde que estivessem no projeto Pirayawara e tivessem também a carta de anuência do cacique da comunidade. Esses professores estão lecionando nas comunidades do Logo Grande e Mari-Mari.

A Profissionalização de Professores Indígenas e as Políticas Públicas

A formação dos professores indígenas corresponde a um dos mais importantes pontos no que diz respeito à efetivação do direito à educação das populações indígenas, pois está imbricada efetivamente ao princípio de participação dos povos indígenas nas políticas públicas específicas e no que tange ao princípio de nacionalidade que lhe dizem respeito.

O Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia, atualmente denominado Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM), vem lutando constantemente para a construção e reafirmação da identidade cultural indígena. Silva (2001, p. 17) a esse respeito acentua que “[...] é possível dizer que os índios da Amazônia foram os primeiros, entre os segmentos sociais oprimidos, que se deram conta de que a cidadania formal não era suficiente para assegurar sua sobrevivência física e cultural”.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Boa parte dos professores que lecionam nas escolas indígenas é da própria comunidade que falam sua língua materna, onde também boa parte desses professores não teve acesso a uma educação básica e muito não tem uma formação em magistério e principalmente em nível médio e superior. Algumas condições fazem com que a formação e profissionalização de professores indígenas não sejam adequadas, a distância que os separa, em grande parte dos casos das sedes de municípios, ou da capital do estado, onde normalmente os cursos são realizados, além do tempo e dos espaços onde se insere suas terras indígenas, suas aldeias e sua vida social.

Os cursos de formação nos deram muita experiência de como ensinar nossos alunos. Porque através deles nós recebemos uma semente que nós podemos levar para a nossa comunidade e plantar por lá ela brota e cresce, e depois também vai dar frutos. É com os conhecimentos que aprendemos que podemos transformar a nossa escola, fazendo uma escola diferente da escola dos brancos. Porque os alunos estão aprendendo muita coisa sobre a cultura deles e sobre a cultura dos outros povos. Isso é uma transformação da escola da comunidade (PEDRO *apud* BRASIL, 2002, p.31).

Os cursos de formação de professores indígenas têm sido desenvolvidos em regimes mistos, envolvendo variadas situações de formação que podemos denominar de formações presenciais e não presenciais sendo ela bilíngue, monolíngue e intercultural esses cursos são ministrados em alguns estados e municípios com a participação da comunidade indígenas e várias outras etnias locais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (1996) para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica definem em seu Art. 20: § 3º que:

Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena. E no § 4º A formação de professores indígenas deve estar voltada para a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de currículos e programas próprios, bem como a produção de materiais didáticos específicos e a utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



O Art. 21 trata da profissionalização dos professores indígenas, como um compromisso ético e político do Estado brasileiro, promulgando que a mesma deve ser promovida por meio da formação inicial e continuada, bem como pela implementação de estratégias de reconhecimento e valorização da função sociopolítica e cultural dos professores indígenas, tais como:

- I - criação da categoria professor indígena como carreira específica do magistério público de cada sistema de ensino.
- II - promoção de concurso público adequado às particularidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas.
- III - garantia das condições de remuneração, compatível com sua formação e isonomia salarial.

Os cursos de formação dos professores devem ser em situações presenciais com aprendizado teórico, prático e profissional, privilegiando um conhecimento que sirva tanto para a sua atuação em sala de aula, quanto para a pesquisa, preparação curricular e a avaliação de práticas pedagógicas. A preparação profissional do professor deve ser de um domínio progressivo dos conhecimentos interculturais que na escola indígena será ele o responsável por estudar, pesquisar, interpretar e difundir esses conhecimentos, tendo como melhoria as condições de vida do seu povo.

O Ministério da Educação (MEC) oferece hoje aos Estados e Municípios diversos programas, tanto de formação inicial como continuada de professores, por meio de suas universidades públicas, secretarias e programas. Esses cursos são oferecidos de forma isolada por cada um desses setores, sem planejamento global, a maioria utilizando a metodologia de educação à distância, com cargas horárias muito diferenciadas, de uma maneira geral, sem contar com processos de avaliação necessários para sua reorientação ou mesmo continuidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº 9.394/96) determina, em seu artigo 78, que caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de:



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



- 1- Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências;
- 2- Garantir aos índios, suas comunidades e seus povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

A formação de professores e a políticas públicas brasileiras tem como um dos pontos o equilíbrio entre o ensino bilíngue e o uso das técnicas tradicionais de transmissão de conhecimento. O ensino da língua materna é um dos principais elementos diferenciados da educação escolar indígena, sendo imprescindível que o professor seja da comunidade e tenha uma formação apropriada nos dois idiomas. Entretanto, uma das principais reivindicações dos povos indígenas é que a educação diferenciada não seja somente o ensino de língua materna dentro de um currículo idêntico ao nacional, mas que se inclua a forma de viver de cada povo, ou seja, que seja uma educação intercultural e bilíngue (LANA, 2009 p.12).

Vale ressaltar que esta pesquisa fez suscitar novos estudos científicos na compreensão de melhor detalhar a questão da formação e profissionalização da educação indígena no município

Considerações finais

O estudo nos mostra a formação e profissionalização de professores indígenas no município de Tonantins-AM deixa muito a desejar na questão da efetivação das políticas públicas. São poucos os cursos as iniciativas de formação em nível de graduação específica destinada aos professores indígenas no município diante da enorme demanda social étnica. Logo vemos a necessidade de se investir mais em políticas públicas no município em atenção a essa fragilidade.

Ressalta-se que o desenvolvimento desta investigação permitiu por meio da pesquisa documental traçar a escolaridade dos professores indígenas que atuam com a educação básica no município de Tonantins, assim podemos observar que em suma que a maioria dos professores indígenas estão inseridos no projeto Pirayawara, tendo a oportunidade de levar assim para suas escolas uma educação diferenciada e uma perspectiva de melhoria da qualidade da educação escolar indígena.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Referências bibliográficas

BRASIL, **Resolução nº 5, de junho de 2012**, Conselho Nacional de Educação e Câmara de educação Básica. MEC, Brasília, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**/Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF, 2002.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

LANA, Eliana dos Santos Costa. **O professor indígena e o sistema nacional de educação**. In: IV Encontro Anual do ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade, 17 a 19 de setembro, Belém - PA: UFPA, 2009.

SILVA, Marilene Corrêa da, (2001). **Amazônia**: região-nação-mundo. Manaus: Editora Universidade do Amazonas (Coleção Polêmicas da Amazônia, 3).